



# UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SETÚBAL

(S. Julião, N.º.5.ª. Anunciada, Sta M.ª. da Graça)

## EDITAL

Nos termos do Artigo 14.º. n.º. 1 e 2 da Lei 75/2013 de 12 de setembro, convoco todos os interessados para uma sessão extraordinária da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Setúbal, para o dia 23 de janeiro de 2014, pelas 21.00h, no salão do Clube Recreativo da Palhavã, Rua Clube Recreativo Palhavã, n.º61 F, 2900-327 Setúbal, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- A) PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO
- B) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA
- C) PERÍODO DA ORDEM DO DIA
  - 1) APROVAÇÃO DE ATAS DAS REUNIÕES ANTERIORES
  - 2) DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA DEFINIÇÃO E LOCALIZAÇÃO DA SEDE DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE SETÚBAL
  - 3) DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO REGULAMENTO DA TABELA DE TAXAS LICENÇAS
  - 4) DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA TABELA GERAL DE TAXAS E LICENÇAS PARA O ANO DE 2014
  - 5) DISCUSSÃO DAS OPÇÕES DO PLANO E PPI PARA O ANO DE 2014
  - 6) DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL E ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2014
  - 7) DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO PROTOCOLO DOS PATRULHEIROS ENTRE A C.M.S. E A ASSOCIAÇÃO CENTRO DE BEM-ESTAR SOCIAL DOS REFORMADOS E IDOSOS DE SETÚBAL, ANUNCIADA.

Setúbal, 16 de janeiro de 2014

A Presidente da Assembleia de Freguesia

Ana Pereira



# UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SETUBAL

(S. Julião, N.º 5.ª Anunciada, Sta M.ª da Graça)

## SESSÃO DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA

### ATA N.º 01 EM MINUTA

Aos vinte e três dias do mês de Janeiro do ano dois mil e catorze, pelas vinte e uma hora, reuniu a Assembleia de Freguesia de União das Freguesias de Setúbal em sessão extraordinária, Presidida por **Ana Isabel Espada Pereira**, secretariada por **Donatília Rosa Cavaleiro Peralta Moço**, como 1.ª secretária, **Dina Maria Ferreira Rocha Lança**, como 2.ª secretária e todos os eleitos presentes, conforme folha de presenças assinada. -----

C) Ordem do dia -----

2 – **Discussão e votação da definição e localização da sede da União de Freguesias de Setúbal** - Ficou aprovada por maioria, com 12 votos a favor (7 CDU; 1 BE; 4 PSD-CDS) e 7 abstenções do PS. -----3

- **Discussão e votação do Regulamento da Tabela de Taxas e Licenças** - Ficou aprovado por maioria, com 12 votos a favor (7 CDU; 1 BE; 4 PSD-CDS) e 7 abstenções do PS. -----4

– **Discussão e votação da Tabela Geral de Taxas e Licenças** - Ficou aprovada por maioria, com 12 votos a favor (7 CDU; 1 BE; 4 PSD-CDS) e 7 abstenções do PS. -----

6 – **Discussão e votação do Mapa de Pessoal e Orçamento para o ano de 2014** -----

O Mapa de Pessoal ficou aprovado com 8 votos a favor (7 CDU; 1 BE) e 11 abstenções (7 PS e 4 PSD-CDS); -----

O Orçamento para o ano de 2014 ficou aprovado com 8 voto a favor (7 CDU; 1 BE) e 11 abstenções (7 PS e 4 PSD-CDS). -----

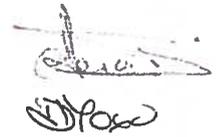
7- **Discussão e votação do Protocolo dos Patrulheiros entre a C.M.S. e a Associação Centro de Bem-Estar Social dos Reformados e Idosos de Setúbal** - Ficou aprovado por unanimidade. -----

Para efeitos do n.º 3 do Artigo 57º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, as deliberações dos pontos números 2; 3; 4; 6 e 7 constantes da ordem de trabalhos e acima discriminados, foram aprovadas em minuta da ata por unanimidade. -----

A PRESIDENTE

A 1.ª SECRETÁRIA

A 2.ª SECRETÁRIA



**ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA  
ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE UNIÃO DAS  
FREGUESIAS DE SETÚBAL DO MUNICÍPIO DE  
SETUBAL, REALIZADA AOS VINTE E TRÊS DIAS DO  
MÊS DE JANEIRO DO ANO DOIS MIL E CATORZE**

**ATA Nº 1/2014**

Aos vinte e três dias do mês de janeiro do ano de dois mil e catorze, reuniu-se em sessão extraordinária a Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Setúbal, no Salão do Grupo Desportivo e Recreativo Palhavã, sito na Rua Clube Recreativo Palhavã nº 61 – F, 2900-327 Setúbal, no Município de Setúbal. -----

A Mesa da Assembleia foi presidida por, **ANA ISABEL ESPADA PEREIRA (PS)**, secretariada por Donatília Rosa Cavaleiro Peralta Moço (PS) como primeira secretária e Dina Maria Ferreira Rocha Lança (PS) como segunda secretária. -----

**Compareceram os seguintes membros:**-----

**Bancada da CDU – Coligação Democrática Unitária –PCP.PEV**-----

Maria Luís Alves da Silva Nunes; João Luís de Matos Barreiros Poeira; Alberto Manuel de Sousa Pereira; Maria de Fátima Fernandes Ferreira; António José de Oliveira Freixo; Jorge Gordo Martins; Olinda de Jesus Batista Fidalgo Peixoto. -----

**Bancada do PS – Partido Socialista** -----

Paulo Alexandre Tavares Gomes; Paulo Jorge Oliveira da Silva; Ana Lúcia de Castro Godinho; Pedro Alexandre Gonçalves Conde de Jesus. -----

**Bancada de Por Setúbal, Por Si -PPD/PSD.CDS-PP** -----

Pedro Gaivéo Duarte Luzio; Ana Maria Guerra Casqueiro Nieto; Carlos Alberto Calçada Cunha; Paulo José Teixeira da Silva Mateus.-----

**Bancada do BE – Bloco Esquerda** -----

Carlos Manuel dos Reis Branco: -----

**EXECUTIVO DA JUNTA** -----

Presidente – Rui Manuel do Rosário Canas (CDU); -----

Secretário - Fátima de Jesus Carixas Silveirinha (CDU); -----

Tesoureiro – Eugénia Filomena Rodrigues Valido Oeiras da Silveira e Silva (CDU); -----

Vogal - Ciro de Sá Silva (PS); -----

Vogal - João Vítor Miranda Inácio (PS); -----

Vogal - Vítor José Ferreira Vargas dos Santos Batista (Coligação Por Setúbal, Por Si); -----

Vogal - Maria Cristina Pires Diz Viegas (Coligação Por Setúbal, Por Si); -----

**Não compareceram os seguintes membros:** -----

Tiago Jorge Carrilho Oliveira (bancada do PS) – substituído por Pedro de Jesus (PS); -----

A Presidente da Mesa após cumprimentar todos os presentes, registou as presenças, leu a justificação de falta do membro da bancada do PS (anexo 1), Tiago Jorge Carrilho Oliveira,



referindo que à semelhança da sessão anterior seria substituído pelo senhor Pedro Alexandre Conde de Jesus, que já tinha tomado posse e deu por aberto o período destinado à intervenção do público. Pediu a palavra a Presidente da AMBA - Associação de Moradores do Bairro da Anunciada, D. Hortense, referindo que a quantidade de ratos estava a tornar-se um atentado contra a saúde pública e a desratização ao Bairro deveria ser feita urgentemente. Continuou referindo que junto às instalações do AMBA, mais propriamente nas traseiras, havia um desmoronamento de terras que deveria ser verificado e arranjado, a fim de se evitar algum desastre. Quanto à paragem dos autocarros está tão danificada que é o mesmo que não existir, por esse motivo solicitavam que a Junta a reparasse, tendo em conta que existe na zona uma escola secundária com bastante movimento e as pessoas, principalmente as crianças, ficam desabrigadas enquanto aguardam o autocarro. Terminou a sua intervenção sugerindo que o Executivo da Junta fizesse uma visita ao Bairro da Anunciada, a fim de se inteirar de tudo o que há para ser feito e melhorado. -----

Teve a palavra o Presidente da Junta que, após saudar todos os presentes e agradecer ao Grupo Recreativo Palhavã pela cedência da sala, disse que tem conhecimento de todos os problemas que foram referidos e que estão a ser tratados. Quanto à desratização e desbaratização, por não ser do pelouro da Junta, já se solicitou à Câmara Municipal que fizesse as *démarches* necessárias para a resolução do problema. Sobre o desmoronamento de terras e pedras, este encontra-se relacionado com as últimas chuvadas, no entanto já foi feito um levantamento das zonas mais críticas, algumas das quais a Proteção Civil ao intervir já as balizou e identificou para que futuramente sejam arranjadas. No que respeita ao abrigo da paragem, já temos conhecimento e pelo que observámos pensamos que terá de ser substituída; no entanto e por haver mais paragens danificadas, foram pedidos Orçamentos a diversas entidades e estamos a aguardar respostas. Assim que as tivermos iremos proceder à reparação e/ou construção das mesmas. Terminou a sua intervenção agradecendo à Presidente da Associação de Moradores do Bairro da Anunciada pela sua participação de forma cívica e referiu que, apesar da Junta estar atenta a estes problemas, é sempre útil que o público participe, informando e/ou colocando questões sobre diversos tipos de problemas que os preocupam. Teve a palavra a Presidente da Mesa começando por desejar que estas intervenções se multiplicassem aumentando o número de participantes e originando, assim, uma maior proximidade entre a população e os órgãos autárquicos. Em seguida, por não haver mais intervenções do público, deu por encerrado o primeiro período da ordem de trabalhos, período A e por aberto o período B, Período Antes da Ordem do dia. -----

Pediu a palavra o membro da bancada da CDU, Fátima Ferreira, que após ter cumprimentado os presentes, referiu que era Presidente da Associação de Moradores da Aldeia Grande e que em Novembro tinha tido uma reunião com o senhor Presidente da Junta, a fim de solicitar a resolução de diversos problemas existentes nesta zona rural, como por exemplo a limpeza de mato, de entulho, de monos, da ribeira e a colocação de uma placa de identificação de Rua. Tudo isto no mês de Novembro tinha sido resolvido, pelo que estava grata pela atenção e rapidez com que atuaram, no entanto tinha outro pedido a fazer ao novo Executivo, ou seja a reparação dos abrigos nas paragens das camionetas que estavam em muito mau estado. Terminou a sua intervenção desejando que, futuramente, o atual Executivo desse continuidade ao bom trabalho de apoio às Zonas Rurais que o anterior Executivo da Junta de Freguesia de Nossa Senhora da Anunciada dera. A Presidente da Mesa perguntou se esta intervenção tinha sido como Presidente da Associação de Moradores ou como membro da Assembleia. Ao que respondeu ter sido como membro da Assembleia. -----  
Seguidamente pediu a palavra o membro da bancada da CDU, senhor Alberto Pereira, para justificar (entre aspas) a sua “falta” a uma “Sessão Fantasma” realizada no dia 27 de Dezembro, uma vez que

no final da Sessão do dia 18 de Dezembro tinha sido informado, pela senhora Presidente, que a próxima Sessão seria dia 27 de Dezembro mas que receberiam uma convocatória por escrito. No entanto não a recebeu, daí a sua falta. A Presidente da Mesa em resposta disse que apesar de terem sido convocados presencialmente as convocatórias foram enviadas por escrito a todos os membros.

Pedi a palavra o membro da bancada do Bloco Esquerda, Carlos Branco, que após cumprimentar todos os presentes congratulou o facto de ter sido feita a Sessão numa Colectividade da freguesia, referindo, ainda que, o movimento associativo está sempre disponível a estas práticas. Terminou deixando o seu apreço ao público pela sua participação e até mesmo só pela sua presença na Sessão.-----

Pedi a palavra o membro da bancada do PS, Paulo Gomes, que saudou todos os presentes e em especial o Clube Recreativo Palhavã por ter disponibilizado a sala da Coletividade para a realização da Sessão da Assembleia de Freguesia. Seguidamente referindo-se ao senhor Alberto disse que na última reunião tinham dito que estava atrasado e deveria estar a chegar e partindo do princípio que deveria estar a chegar não percebia porque tinha faltado à reunião. Dando o seu parecer referiu que os mais velhos devem ser um pouco pedagógicos com os mais novos, são as regras da vida e seria de bom - tom ajudarem-se mutuamente; no entanto na primeira reunião o senhor Alberto, mediante um problema de uma palavra na convocatória afirmou que a “Assembleia não era os Amarelos”, o que foi lamentável e o tinha deixado impressionado uma vez que todos cometem erros e, ainda, com a agravante de “Os Amarelos” - Grupo Desportivo, serem muito bem organizados e de bastante valor, merecendo todo o nosso respeito e não serem alvo de comparações depreciativas.-----

Teve a palavra o membro da bancada da CDU, Jorge Martins, referindo que deveria haver algum problema com os contactos, pois também ele não tinha recebido a convocatória tanto por e-mail como por correio, apesar de na última Sessão ter alertado para esse facto. Continuou a sua intervenção colocando duas questões. A primeira questão tinha relativa com o terreno frontal e de acesso à Escola Básica 2,3 de Bocage, que por ser de terra batida e ser uma zona muito movimentada no que respeita a estacionamento de veículos e passagem de pessoas, principalmente de crianças que vão para a escola, deveriam intervir no sentido de melhorar o referido espaço, pois quando chove fica tudo enlameado e escorregadio. Na mesma zona e na envolvente da Escola, também se deveria dar mais atenção aos canteiros e à relva, não tanto no aspeto do tratamento, uma vez que estão cuidadas, mas sim no que respeita à parte ornamental, toda aquela zona merecia ter um visual mais agradável. Seguidamente referiu que tinha outro assunto a apresentar, referente a uma passagem pedonal que sempre foi o acesso mais viável a quem sai do autocarro, na paragem que se encontra na estrada principal para Palmela, dirigindo-se para ao Bairro de S. Gabriel e que por passar junto de um prédio há quem a queira fechar, não se importando com o transtorno que irá fazer principalmente às crianças que vão para a Escola em S. Gabriel. Terminou a sua intervenção solicitando ao Executivo uma especial atenção para estes assuntos.-----

Teve a palavra o Presidente da Junta que começou por responder que já tinha solicitado à Câmara gravilha para ser colocada por cima da terra batida que fica na frente da Escola Preparatória do Bocage, no entanto informaram-no que, para além de serem lotes de terreno privado, quando chovesse não era viável. No que respeita à zona verde envolvente, não é da nossa competência. Terminou a sua intervenção respondendo que já tinha conhecimento da pretensão do encerramento da referida passagem de acesso ao Bairro de S. Gabriel, no entanto apesar de não passar de uma pretensão, como se tratava de um espaço público tinha consultado a Câmara sobre este assunto mas até ao momento ninguém tinha solicitado, na Câmara, a vedação dessa passagem.-----

A Presidente da Mesa, uma vez não haver mais intervenções deu por encerrado o ponto B- Período antes da Ordem do dia e passou ao ponto C da ordem de trabalhos – Período da Ordem do Dia e deu-o por aberto. Referindo-se ao ponto um - Aprovação de atas das reuniões anteriores, informou que derivado ao período de férias da funcionária Luísa, não foi possível a distribuição das mesmas atempadamente e apesar de possuírem a ata número dois, solicitou a compreensão de todos para que este ponto fosse colocado na próxima Sessão de Assembleia. O membro da bancada da CDU, António Freixo referiu que concordava. Uma vez todos concordarem passou ao segundo ponto da ordem do dia – Discussão e votação da definição e localização da sede da União de Freguesias de Setúbal, colocando este ponto para discussão pois todos tinham recebido a proposta do Executivo. Pediu a palavra o membro da bancada do PS, Paulo Gomes, referindo que a localização da Sede ficaria mais centralizada nas instalações da antiga Junta de S. Julião, no entanto compreende perfeitamente a justificação do Presidente da Junta em mudá-la para a antiga Junta de Santa Maria da Graça, uma vez que, futuramente, terá mais espaço para a expansão das instalações. -----

Pediu a palavra o membro da bancada da CDU, Alberto Pereira, para dizer que, segundo o ponto de vista do Presidente da Junta, concordava com ele; no entanto olhando para a Escola Conde Ferreira tendo em conta a sua história e localização era da opinião que seria mais lógico se a Sede fosse na Junta de S. Julião por ser mais central. Em seguida fez um **BREVE HISTORIAL DA ESCOLA CONDE FERREIRA** – *“A Escola Conde Ferreira é um edifício de interesse Municipal e de grande valor. Foi um “legado” (dádiva) de um antigo milionário português do séc. XIX que fez toda a sua vida no Brasil como negociante e mais tarde dedicou-se ao tráfico de escravos. Como na altura, o tráfico de escravos era proibido na Inglaterra, apenas os portugueses é que o faziam, ganhou uma fortuna extraordinária regressando a Portugal muito rico. Foi apoiante da Rainha D. Maria II que lhe deu benesses sucessivas: primeiro foi Par do rei, o equivalente hoje a Senador, depois barão, visconde e mais tarde Conde de Ferreira por ter nascido no Norte de Portugal nas terras do Rio Ferreira. O Conde teve um filho que morreu em condições trágicas, há quem diga que, talvez por arrependimento na velhice, de ter ganho a sua fortuna à custa da escravidão dos africanos, ele quis reparar em parte esses pecado quando era jovem (isto provavelmente são especulações) e quando está à beira da morte faz um testamento e deixa uma quantidade muito substancial em dinheiro para a construção de Escolas Primárias por todo o País, cerca de 100 escolas, em que a Câmara dava o espaço e ele cerca de três mil reis para a construção, o que naquela época era muito dinheiro. Curiosamente Setúbal constrói a primeira Escola Conde Ferreira do País. Durante muito tempo falou-se em ser um Centro, mas há alguns anos a Assembleia Municipal de Sesimbra instalou-se na Escola Conde Ferreira de Sesimbra e a minha colega Odete Graça na altura Presidente da Assembleia Municipal de Sesimbra teve a ideia de fazer uma espécie de Conferência Nacional onde todas as pessoas interessadas neste assunto participaram. A Câmara de Setúbal por ser a primeira aproveitou um antigo terreno do Claustro do Convento das Carmelitas reuniu com a Administração do Concelho e construíram a Escola que funcionava com uma sala de aula, um vestíbulo para os alunos colocarem a roupa e na parte de trás era a residência do professor. Uma residência com 3 assoalhadas, cozinha e casa de banho, isto em 1890 é verdadeiramente notável. Quando chegam os anos quarenta a Escola estava muito degradada, a Câmara fez remodelações, tira o vestíbulo avança a sala de aula, cria duas salas de aula, a casa de banho dava para a sala de aula, uma coisa hoje em dia impensável, tem uma entrada para o ar livre e a residência do professor continuou. Depois com a construção das Escolas no Montalvão a Escola Conde Ferreira foi desativada e passou a ser a Delegação Escolar. Mais tarde foi a Sede da freguesia de S. Julião).”*

Continuando a sua intervenção referiu que o edifício era pequeno, acanhado e com poucas condições para o que se pretendia. O ideal seria que a localização da sede da União das Freguesias de Setúbal fosse mais central, gostaria de ter tido tempo para fazer um estudo tentando encontrar a centralidade geográfica da nova freguesia à semelhança do que tinha feito para a freguesia da Gâmbia, mas por falta de tempo não conseguiu, no entanto fá-lo-á assim que tiver disponibilidade. Terminou a sua intervenção referindo que apesar do exposto votaria a favor da proposta do Executivo, uma vez que o edifício da Junta de Santa Maria da Graça tinha condições para ser acrescentado. -----

Teve a palavra o membro da bancada do Bloco Esquerda, Carlos Branco, referindo que não estava em causa a distância para quem se deslocava da Zona Rural para a zona Urbana, mas sim na capacidade que o Executivo iria ter para pôr em prática a execução das suas ideias e organização. Terminou a sua intervenção referindo que duvidava que o conseguissem fazer. -----

Teve a palavra o Presidente da Junta referindo que ao escolherem a Sede nas instalações da antiga Junta de Santa Maria da Graça foi uma questão de olharem para o problema de uma forma desapassionada ou seja de uma forma mais lógica e objetiva. As instalações das Juntas anteriores irão funcionar como Pólos de atendimento, tendo em conta que a população já está habituada a essa localização, inclusivamente o atendimento ao público, feito pelo Presidente, será em cada Pólo como a população o fazia nos anteriores mandatos. No entanto será necessário que os serviços mais específicos sejam centralizados, não só para que as entidades exteriores saibam onde se dirigir, como também para uma maior organização e coordenação de serviço interno, dando uma melhor resposta à população. Terminou a sua intervenção referindo que nas instalações da Junta de Santa Maria da Graça havia a possibilidade de expandirem o espaço, criando assim mais condições para os funcionários. -----

A Presidente uma vez não haver mais intervenções sobre este ponto da ordem do dia colocou a localização da sede da União das Freguesias de Setúbal para votação, tendo ficado aprovada com doze votos a favor (sete da CDU; um do Bloco Esquerda; quatro da Coligação Por Setúbal, Por Si) e sete abstenções do PS. Pediu a palavra o membro da bancada do PS, Paulo Gomes, para fazer uma declaração de voto, referindo que se tinha absterido por não ter conhecimento da Organização Administrativa dos Serviços. -----

A Presidente da Mesa corroborou com o membro da sua bancada e dirigindo-se ao Executivo da Junta referiu que deveriam dar conhecimento à Assembleia do Organograma Administrativo da Freguesia. Seguidamente passou ao terceiro ponto da ordem de trabalhos – Discussão e votação do regulamento da tabela de taxas e licenças, dando a palavra ao Presidente da Junta que começou por referir ser do conhecimento de todos que as juntas de freguesia cobravam taxas pelos serviços prestados. Com a União das Freguesias as taxas tiveram que ser ajustadas e atualizadas conforme a lei estipula. No entanto, tendo em conta as dificuldades que a população atualmente atravessa, algumas desceram de valor. Informou, ainda, que existia um conjunto de taxas que não estavam mencionadas pois estavam diretamente relacionadas com as novas competências atribuídas às Juntas e que no entanto a Câmara, por ser da sua antiga competência, ainda não tinha tido oportunidade de nos facultar informação sobre o seu valor. Terminou a sua intervenção referindo que estava disponível para as questões que lhe quisessem colocar e que tinha sido distribuída uma errata, para correcção do documento. -----

Pediu a palavra o membro da bancada da CDU, Alberto Pereira, referindo que a sua intervenção era essencialmente do ponto de vista técnico, pois após ter lido o documento com atenção, verificou que no ponto de vista matemático existiam umas fórmulas que não faziam sentido nenhum, ou seja na fórmula do cálculo  $TSA = tme \times vh + ct/N$ , o  $ct$  é o custo total necessário para a prestação de serviço (material de escritório, consumíveis.....) muito bem, a dividir pelo numero de habitantes da freguesia, se isto custar um euro e se a freguesia tiver trinta mil habitantes, um euro a dividir por trinta mil quanto é que dá? Dá menos de um milésimo de cêntimo, o que é que um milésimo de cêntimo vai acrescentar ao  $tme$  (tempo médio de execução) absolutamente nada, portanto a nível matemático não tem pés nem cabeça, referiu que estas coisas acontecem porque são feitas por advogados que têm o nono ano de matemática e fazem estas coisas à pressa e depois saem disparates destes. O que a lei menciona são incidências objetivas e subjetivas. Mais à frente no artigo nono,

ponto nº 3, os agravamentos estão em percentagens; a percentagem deve ser o conceito mais irregular (desregularizo) que existe, elas devem ser usadas até aos noventa por cento, quando chegam aos cem por cento usa-se o dobro, o triplo e assim sucessivamente. Sugeriu que para o ano estas percentagens fossem corrigidas e usadas frações, sistema que já vem do tempo dos Egípcios e que funciona muito bem ou seja um quarto, um terço e assim sucessivamente. Terminou a sua intervenção dizendo que estava disponível para fazer estes cálculos matemáticos para o ano, caso o Executivo assim o desejasse. -----

Pedi a palavra o membro da bancada do PS, Paulo Gomes, referindo que as taxas da Junta de S. Julião eram as mais baixas e na sua maioria aumentaram trinta e sete e meio por cento, o que para quem tem dificuldades e necessita de um atestado de residência torna-se complicado com o custo de vida atual. Terminou referindo que em vez de se alinhar as taxas por baixo estas foram alinhadas por cima. -----

A Presidente da Mesa alertou para o facto de que no Regulamento das Taxas artigo quatro a alínea e) sobre licenciamento e registo de canídeos, falta fazer referência a gatídeos, uma vez que existe valor para a licença de gatídeos. Acontecendo o mesmo no artigo 8, logo no cabeçalho diz Licenciamento e Registo de Canídeos e deverá ser acrescentado a palavra gatídeos. Outra questão tem a haver novamente com o artigo 4º alínea a) “.....e outros documentos”, perguntando que outros documentos eram, o que queriam dizer, pois isto ficava em aberto. O mesmo se passava com a alínea g) do mesmo artigo onde mencionam novamente – Outros serviços à comunidade. Questionou, novamente, que serviços eram esses, pois ficava em aberto que a Junta poderia cobrar taxas por qualquer serviço prestado. Referiu que o Regulamento tem de ser objetivo e que se deveriam corrigir estas questões. -----

Em resposta o Presidente da Junta, Rui Canas, referiu que as taxas dos atestados de residência em relação às antigas taxas de S. Julião tinham subido, mas em relação às taxas da Anunciada e de Santa Maria da Graça tinham descido substancialmente. Quanto às questões colocadas pela senhora Presidente da Mesa, concordou que na realidade faltava fazer referência aos gatídeos, no entanto no que respeitava à questão de “outros serviços prestados à comunidade” referiu que por vezes existem serviços que são requisitados à Junta e não estão taxados por não serem habituais. -----

Pedi a palavra o membro da bancada do BE, referindo que para os casos que não são habituais, vêm expressos no artigo quinze que diz, “que em tudo quanto não estiver expressamente previsto neste regulamento, são aplicáveis sucessivamente “ as leis referenciadas nas diversas alíneas. -----

O membro da bancada do PS, Paulo Gomes, salientou que o aumento tinha sido de trinta e sete e meio por cento e a descida de dez por cento. -----

A Presidente da Mesa por não haver mais intervenções sobre este assunto, colocou para votação, em primeiro lugar o Regulamento da Tabela de Taxas e Licenças da União das Freguesias de Setúbal com as alterações referidas sobre o artigo quarto e o artigo oitavo, acrescentando a palavra gatídeos. Tendo o mesmo ficado aprovado por maioria com doze votos a favor (sete da CDU; um do BE e 4 da Coligação Por Setúbal, Por Si) e sete abstenções do PS; em segundo lugar colocou para votação a Tabela Geral de Taxas e Licenças para a União das Freguesias de Setúbal, que ficou aprovada por maioria com doze votos a favor (sete da CDU; um do BE e 4 da Coligação Por Setúbal, Por Si) e sete abstenções do PS. -----

Seguidamente passou ao quinto ponto da ordem de trabalhos – Discussão das Opções do Plano para o ano de 2014 e PPI, dando a palavra ao Presidente da Junta que começou por dizer que o documento sobre as Opções do Plano que todos tinham recebido, tinha sido o documento possível nesta altura em que há muito trabalho a realizar e a organizar. Referiu haver um conjunto de coisas

nas quais tinham que intervir no primeiro ano de mandato. No entanto, em primeiro lugar, há que “arrumar a casa”, fazer alterações não só na estrutura orgânica como física, ou seja dotar a Junta e os Pólos de equipamentos informáticos mais actualizados e em rede, para que haja um bom funcionamento e coordenação dos serviços, uma vez que os atuais equipamentos para além de diferentes, também estão desatualizados. Quanto à reestruturação das instalações, terão que estudar a melhor maneira para que sejam criadas condições aos funcionários, sem ser dispendioso para a Junta. Terminou a sua intervenção referindo já estarem a ser tratados diversos assuntos com a Câmara, como seja por exemplo as novas Competências para as Juntas, no entanto na área do Protocolo de Delegação de Competências (descentralização) estamos a aguardar que o mesmo seja elaborado; mas nos entretantos, vamos desenvolvendo trabalho idêntico ao que, até aqui, as três Juntas faziam no que respeita a apoio ao Movimento Associativo, às Escolas, à limpeza e corte de ervas, recolha de monos e tantos outros trabalhos. -----

Pedi a palavra o membro do B.E., Carlos Branco, questionando e ao mesmo tempo solicitando que o elucidassem sobre o motivo que levou a só três elementos do Executivo votarem a favor das Opções do Plano, pois dava a entender muito insegurança e falta de coesão. -----

Pedi a palavra a membro da bancada do PS, Dina Lança, referindo que tinha estado a tirar dúvidas em termos da Serra da Arrábida concorrer a Património da Humanidade e gostaria de saber o que pensava o Executivo deste assunto. Falando de Setúbal Mais Bonita sugeriu que por essa altura seria de “bom-tom” valorizar-se a casa onde nasceu Luísa Tody. As bermas da estrada da Rasca precisam ser arranjadas e limpas, sabe que este assunto não é da competência da Junta, no entanto com a sua intervenção talvez se consiga. No que respeita à realização de eventos e convívios para Séniores, fez o reparo de que o Executivo nunca se lembra da população das zonas rurais. Terminou a sua intervenção referindo que gostava que estes assuntos fizessem parte do Plano de Atividades. -----

Pedi a palavra o membro da bancada do PS, Paulo Gomes, referindo que as Opções do Plano apresentadas eram muito arrojadas e interessantes, fazendo referência a que muitos itens eram da Câmara Municipal de Setúbal e a Junta só os apoiava; em sua opinião deveria ter havido mais identidade da parte da Junta e não só apoio. -----

Pedi a palavra o membro da bancada da Coligação Por Setúbal, Por si, Paulo Mateus, dizendo que existem dois pontos que não estão quantificados, um é o Movimento Associativo, que possivelmente tem alguns custos para a Junta e no Relatório Plurianual de Investimentos só mencionam informação sobre investimentos e não sobre atividades e gostaria de saber se iria haver algum Plano Plurianual de Atividades para este ano. -----

Pedi a palavra o membro da bancada da CDU, António Freixo, que em ato de resposta disse que para o primeiro ano de mandato, em que se tem que arrumar e organizar “a casa”, renovando equipamentos e instalações para melhorar os serviços, este Plano é bem o espelho do exposto. Quanto a não termos tido atenção com os Idosos das zonas rurais isso não foi bem assim, pois o Executivo anterior fez diversos eventos na Rasca, na Aldeia Grande e no Grelhal, para que não fosse tão dispendioso nem difícil a deslocações dos idosos para outros locais. Terminou a intervenção chamando a atenção para o facto de que nos passeios de barco organizados pela Junta, participaram pessoas das zonas rurais. -----

Em resposta a membro da bancada do PS, Dina Lança, disse só ter colocado a questão porque a maioria dos eventos não são divulgados nas zonas rurais. -----

Pedi a palavra o membro da bancada do PS, Pedro Conde, referindo que a zona do Montalvão estava esquecida e solicitou para que o pedido feito por alguns moradores desta zona numa reunião com o senhor Presidente da Junta, não ficasse no esquecimento pois eles gostariam que colocassem

bancos com mesas e arranjassem o jardins na Praceta do Montalvão, local de convívio de muitos idosos e onde há espaço mas faltam condições. -----

Pediu a palavra o membro da bancada da Coligação Por Setúbal, Por si, Carlos Calçada, referindo que o Plano era muito ambicioso, no entanto deixou a sugestão do mesmo ser acompanhado do PPA, como era habitual a Junta de Freguesia de Nª Sª Anunciada fazer. -----

O membro da bancada da CDU, Alberto Pereira, interveio para referir que em tempos tinha havido uma Comissão de Moradores no Montalvão e na altura o grande problema era a construção de uma piscina; para isso foi feita uma reunião que deu origem à formação de duas opiniões diferentes o que gerou grande confusão na sala e como uma senhora grávida se sentiu mal acabou a reunião e a Comissão de Moradores do Montalvão. -----

Teve a palavra o Presidente da Junta, Rui Canas, para responder às questões colocadas. Começou por dizer que no que respeitava à Arrábida Património Mundial, não estávamos em primeiro plano, no entanto para além de acompanharmos a situação também temos feito e continuaremos a fazer várias ações para este processo. Referindo-se a Setúbal Mais Bonita disse que são projetos de parceria, nele participam diversas entidades e move muitas pessoas. No entanto é da opinião que não pode ser só pintura, há mais aspetos que podem ser alargados para outro tipo de intervenção. Quanto à zona pedonal e o arranjo de bermas, referiu que este assunto já era uma questão velha; uma vez que o Parque Natural de Arrábida e as Estradas de Portugal não faziam nem deixavam fazer; salientando o facto de se ter feito reentrâncias para a colocação dos contentores de Lixo e eles terem levantado uma grande polémica. Quanto aos projetos com mais identidade certamente irão acontecer. Relativamente ao PPA por ser um documento preciso, tem que ser feito de forma rigorosa e por falta de tempo e muito trabalho não o conseguimos elaborar, mas para o ano irá ser feito e distribuído para uma melhor compreensão dos restantes documentos. Quanto a criar recintos agradáveis para os idosos na zona do Montalvão, após termos tido uma reunião com alguns moradores, estamos a estudar o melhor meio de o fazer. Terminou a sua intervenção referindo que ainda havia muita coisa que não estava bem definida como por exemplo o Movimento Associativo, derivado a não terem tido tempo para se debruçarem sobre este assunto, mas nada estava esquecido e estavam todos a trabalhar nesse sentido. -----

O membro do Executivo, Ciro Silva, teve a palavra para responder ao membro do BE, Carlos Branco, informando-o de que as coisas no Executivo não têm andado muito bem, pois para além de não serem todos do mesmo partido, também, à semelhança do que se tem feito quanto à organização administrativa e operacional da Junta, o mesmo se passa com o Executivo, procurando o melhor modelo de trabalho o que não tem sido fácil, no entanto as coisas irão certamente melhorar. Referiu concordar com o que já tinham dito anteriormente, de que era necessário haver um PPA (Plano Plurianual de Atividades) para se poder saber com mais clareza onde assenta o Orçamento e as Grandes Opções do Plano. Por terem tido algumas situações menos esclarecidas no início, só o sendo há posteriori, pelo facto do Presidente, no início, ter assumido todas as funções e todas as competências da Junta derivado a tudo o que é inerente à fusão das freguesias e pelas dificuldades organizativas e administrativas que fizeram com que recebêssemos os documentos às dezoito horas do dia dez para serem discutidos às dezoito horas do dia treze, tendo só sido possível aprová-los no dia quinze e por serem documentos importantes que têm que ser analisados com tempo, tiveram que se abster na votação. -----

Pediu a palavra o membro do Executivo, Victor Batista, referindo que apesar de se terem abtido têm trabalhado em conjunto e limado algumas arestas pelo que futuramente tudo correrá melhor. --

A Presidente da Mesa por não haver mais intervenções passou ao sexto ponto da ordem de trabalhos –Discussão e votação do Mapa de Pessoal e Orçamento para o ano de 2014 e deu a palavra ao Presidente da Junta para que este fizesse uma breve introdução. -----

O Presidente da Junta, Rui Canas, referindo-se ao Orçamento disse que era o documento técnico das Opções do Plano e como já tinham todos visto, a sua maioria era para intervenções de melhoramento. Quanto ao Quadro de Pessoal era o enquadramento das três freguesias. Terminou referindo que com as novas Competências e o novo Protocolo irão estudar e analisar a melhor forma de trabalharem. -----

Após troca de opiniões e de alguns esclarecimentos sobre o Orçamento para o ano de 2014, a Presidente da Mesa questionou o Presidente da Junta se já tinha sido feito o pagamento em atraso ao Agrupamento de Escolas Lima de Freitas, referente ao ano 2013, ou se os vinte mil euros expressos em orçamento já refletiam esse pagamento. Em resposta o Presidente da Junta referiu que essa verba já tinha sido paga. A Presidente da Mesa retorquiu, informando a assembleia de que essa informação era falsa, uma vez que tinha informação de que não havia sido efetuado qualquer pagamento ao referido agrupamento.-----

Seguidamente a Presidente da Mesa colocou para votação, em primeiro lugar o Mapa de Pessoal para o ano de 2014, que ficou aprovado com oito votos a favor (sete da CDU e um do BE) e onze abstenções (sete PS; quatro da coligação Por Setúbal, Por Si). Em segundo lugar colocou para votação o Orçamento para 2014, que ficou aprovado com oito votos a favor (sete da CDU e um do BE) e onze abstenções (sete PS; quatro da coligação Por Setúbal, Por Si). -----

A Presidente da Mesa passou então ao sétimo e último ponto da ordem de trabalhos – Discussão e votação do Protocolo dos patrulheiros entre a Câmara Municipal de Setúbal e a Associação de Bem Estar Social dos Reformados e Idosos de Setúbal e após ter feito referência a ter dúvidas se este documento teria que ir a Assembleia e a ter que ser aprovado, uma vez que não estava mencionado o nome da Junta no Protocolo, colocou o mesmo para discussão. -----

Teve a palavra o Presidente da Junta, Rui Canas, informando que tem sido habitual todos os anos desde 2007 este documento vir a Assembleia para ser aprovado, uma vez que a Junta funciona como intermediária entre a Câmara e o Centro de Reformados, ou seja a Câmara coloca os patrulheiros, emite a folha de vencimentos mensais, o Centro de Reformados levanta o cheque na Tesouraria da Câmara e leva o dinheiro à Junta para que esta mediante a folha de vencimentos, que os serviços enviam à Junta, elabore os recibos para cada um e lhes pague. O Protocolo abrange os patrulheiros da Avenida Luísa Todi e do Parque Urbano de Albarquel. São pessoas reformadas, com reformas e/ou pensões baixas que vêem assim melhorar simbolicamente o seu orçamento familiar, tornando-se ao mesmo tempo uma ocupação para que não fiquem inativos. Terminou a sua intervenção salientando que era útil que este Protocolo fosse aprovado, caso contrário iria atrasar-lhes os pagamentos, porque ficariam a trabalhar mas sem receber até que a situação estivesse resolvida. -----

Pedi a palavra o membro da bancada do BE, referindo que este Protocolo para além de se ter tornado um exemplo para outras cidades, tem sido importante por manter a interação entre jovens e idosos. O problema é como este assunto tem sido tratado. Em primeiro lugar a entidade que recebe o dinheiro não tem nenhuma responsabilidade, pois é a Junta que faz o trabalho administrativo. Em segundo lugar este protocolo nasceu em 2007 entre a Autarquia e o movimento Associativo, em que participavam 10 Colectividades que indicavam os idosos para este projeto, no entanto cada vez que se renova o Protocolo ficam coisas pelo caminho e é tudo alterado, não se informando ninguém sobre nada. -----

Pediu a palavra o membro da bancada da Coligação Por Setúbal Por Si, Paulo Mateus, referindo que a questão das verbas é estranha e a forma como é transferida também, porque o segundo outorgante não tem nada a haver com isto e tem uma envolvimento de pagamentos em dinheiro num Protocolo que não tem essa informação, o que é pouco normal, porque as verbas são levantadas por uma entidade que não tem responsabilidade sobre as mesmas. -----

Pediu a palavra o membro da bancada do PS, Paulo Gomes, referindo que aquele era um bom Protocolo, não tinha nada a dizer sobre ele. No entanto há a questão de, no caso do dinheiro desaparecer de quem é a responsabilidade e sugeriu que o Presidente da Junta, para salvaguardar os interesses da Autarquia deveria arranjar uma forma mais segura. -----

A Presidente da Mesa referiu que os procedimentos têm que ser resolvidos da melhor forma, no entanto até se resolverem, a Junta pode estar numa má situação caso a fiscalização apareça, pois como é que se justificaria a circulação do dinheiro uma vez que ele não dá entrada nas contas da Junta e sugeriu que a Junta, no dia dos pagamentos, dispensasse a funcionária para que esta se deslocasse à Associação de Bem Estar Social dos Reformados e Idosos de Setúbal e fizesse os pagamentos. Seguidamente colocou o Protocolo dos patrulheiros para aprovação o qual ficou aprovado por unanimidade. -----

Não havendo mais nenhuma intervenção nem nenhum assunto a tratar, a Presidente da Mesa, após ler as deliberações feitas em minuta desta acta, colocou a referida minuta para votação ficando aprovada por unanimidade e deu por encerrada a Sessão, depois de ter agradecido a disponibilidade do Grupo Recreativo Palhavã em ter cedido a sala, quando eram vinte e quatro horas. -----

E para constar se lavrou a presente ata que contem dez folhas e que depois de aprovada em Sessão da Assembleia de Freguesia, vai ser assinada e autenticada pelos membros da Mesa. -----

REDIGIDA E DACTILOGRAFADA POR: **Maria Luísa Marques**  
CORRIGIDA POR: **Donatília Moço**

**Aprovada por unanimidade na sessão de 29/04/2014**

**A 1ª SECRETÁRIA DA ASSEMBLEIA**

(Donatília Rosa Cavaleiro Peralta Moço)

**A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**

(Ana Isabel Espada Pereira)